

ENTRE MOVIMENTOS E PARTIDOS: UM ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS NEGRAS NA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (1995-2019)¹

Rodger Richer²

RESUMO: Este artigo analisa a participação de estudantes negros na União Nacional dos Estudantes (UNE), dando destaque às interações que eles desenvolveram com partidos políticos, coletivos estudantis e organizações do movimento negro, no período compreendido entre 1995 e 2019. Dessa forma, este artigo busca compreender a relação que tais estudantes têm com a ideia de “autonomia” junto aos partidos políticos, bem como busca entender a complexa rede de relações que eles estabelecem com diferentes organizações do movimento negro e coletivos estudantis universitários. A justificativa da escolha do escopo temporal se assenta no fato da primeira eleição de um presidente negro para a UNE ter ocorrido em 1995, com a vitória de Orlando Silva; e na realização presencial do último Encontro de Negros, Negras e Cotistas dessa entidade em 2019. O marco teórico empregado sustenta-se, sobretudo, nas teorias dos movimentos sociais, especialmente em referências bibliográficas que trabalham com a análise de redes sociais e a interação entre partidos e movimentos. A metodologia empregada é qualitativa, na medida em que são analisados documentos e entrevistas semiestruturadas.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento estudantil. Movimento negro. Partidos políticos. Redes sociais.

¹ Este artigo é baseado em minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (RICHER, 2020).

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: rodger.richer@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0672-824>.

BETWEEN MOVEMENTS AND PARTIES: A STUDY OF THE PARTICIPATION OF BLACK PEOPLE IN THE NATIONAL UNION OF STUDENTS (1995-2019)

ABSTRACT: This article analyzes the participation of black students in the National Student Union (UNE), highlighting the interactions they developed with political parties, student collectives, and black movement organizations, in the period between 1995 and 2019. Thus, this article aims to understand the relationship these students have with the idea of “autonomy” with the political parties, as well as to explore the complex network of relationships they establish with different organizations of the black movement and university student collectives. The justification for choosing the temporal scope is based on the fact that it was in 1995 that the first election of a black president of UNE took place in 1995, with the victory of Orlando Silva; and last in-person Meeting of Black Men and Women and Quota Members of the entity was held in 2019. The theoretical framework is primarily based on theories of social movements, especially on bibliographical references that focus on social networks and the interaction between parties and movements. The methodology used is qualitative, as it involves the analysis of documents and semi-structured interviews.

KEYWORDS: Student movement. Black movement. Political parties. Social network.

ENTRE MOVIMIENTOS Y PARTIDOS: UN ESTUDIO DE LA PARTICIPACIÓN DE LOS NEGROS EN LA UNIÓN NACIONAL DE LOS ESTUDIANTES (1995-2019)

RESUMEN: Este artículo analiza la participación de estudiantes negros en la Unión Nacional de los Estudiantes (UNE), destacando las interacciones que desarrollaron con partidos políticos, colectivos estudiantiles y organizaciones del movimiento negro, en el período comprendido entre 1995 y 2019. De este modo, este artículo busca comprender la relación que dichos estudiantes tienen con la idea de “autonomía” en relación con los partidos políticos, así como explorar la compleja red de relaciones que establecen con diferentes organizaciones del movimiento negro y colectivos estudiantiles universitarios.

La justificación para elegir el período temporal se basa en el hecho de que la primera elección de un presidente negro de la UNE tuvo lugar en 1995, con la victoria de Orlando Silva; y en la realización presencial del último Encuentro de Mujeres y Hombres Negros y Cuotas de esta entidad en 2019. El marco teórico elegido se basa, principalmente, en las teorías de los movimientos sociales, especialmente en referencias bibliográficas que trabajan con el análisis de las redes sociales y la interacción entre partidos y movimientos. La metodología empleada es cualitativa, ya que se analizan documentos y entrevistas semiestructuradas.

PALABRAS CLAVE: Movimiento estudantil. Movimiento negro. Partidos políticos. Redes sociales.

INTRODUÇÃO

Entender as dinâmicas organizativas do movimento estudantil é uma tarefa complexa para “marinheiros de primeira viagem”. Caracterizado pela existência de muitos coletivos, forças políticas, partidos e suas tendências, entre outros, uma primeira aproximação torna-se difícil. Lembro-me quando ingressei no movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2011, onde tive dificuldades de assimilar todas as siglas e nomes que representavam as forças políticas e as entidades estudantis. São tantos os códigos que demorei alguns meses para compreender em qual terreno eu estava pisando. De fato, entender o movimento estudantil que circula em torno da rede da União Nacional dos Estudantes (UNE) exige tempo, trabalho de campo e diálogo com interlocutores-chave, bem como, no meu caso em particular, uma experiência prévia no movimento.

Perseguindo o objetivo de tornar mais compreensível a dinâmica do movimento estudantil universitário no Brasil, revisitei um caderno que utilizei quando entrei na militância. Nele, descrevi entre 2011 até 2013 algumas reuniões da organização que eu participava, conversas “bilaterais³” com outras organizações estudantis, resultados de eleições de Centros Acadêmicos (CA) e do Diretório Central dos Estudantes

³ “Bilaterais” são conversas entre dirigentes de diferentes forças políticas do movimento estudantil, cujo objetivo é dialogar sobre avaliações políticas, e formar acordos e alianças entre as partes.

(DCE) e mapeamento dos grupos políticos discentes. Do ponto de vista metodológico, essa estratégia foi fundamental para “desnaturalizar” e “estranhar” as dinâmicas peculiares à organização estudantil, na medida em que a minha atuação nesse movimento possa ter provocado certa simplificação dos seus processos organizativos. Creio que a leitura desse caderno, ainda que seja um documento pessoal esboçado quando iniciei a minha trajetória no movimento estudantil, me proporcionou lembrar os estranhamentos que tive no período e contribuiu para que eu os refletisse neste artigo. Seguindo as perspectivas antropológicas de Roberto DaMatta (1978), tentei “estranhar o particular” e, com isso, compreender de uma maneira mais objetiva as dinâmicas organizativas do movimento estudantil universitário.

Uma das questões que levantei na minha inserção prévia no movimento estudantil foi a forte presença dos partidos políticos. Diversos militantes possuem *múltiplas filiações* (MISCHE, 2009) com partidos e outras organizações de movimentos sociais (MCCARTHY & ZALD, 1977), como o movimento negro. Dessa forma, este artigo busca compreender como os militantes negros interpretam a relação que eles estabelecem com os partidos e organizações do movimento negro, e de que maneira essa relação pode ter contribuído para transformar o “repertório organizacional” (CLEMENS, 2010) da UNE.

É importante ressaltar que desde 1999, a UNE dispõe de uma Diretoria de Assuntos Antirracistas (que, em 2001, passou a ser chamada de Diretoria de Combate ao Racismo); e desde 2007 a entidade em questão organiza os Encontros de Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNE). Essas transformações na estrutura organizacional da entidade contribuíram para a diversificação da identidade coletiva do movimento estudantil, que passou a incorporar entre os seus quadros de direção pessoas negras e entre as suas pautas o antirracismo. Parto do pressuposto de que, para melhor compreender essas mudanças, é necessário olharmos para uma dimensão micro sociológica, isto é, para os atores; sem, no entanto, esquecer a dimensão macro – aqui compreendida enquanto as oportunidades e restrições políticas (TARROW, 2009) para a ação desses agentes multifiliados.

Assim, este artigo inicialmente apresenta um panorama sobre como a UNE se estabelece dentro da rede do movimento estudantil, demonstrando as suas peculiaridades organizativas. Compreender como ela se estrutura é fundamental para analisar de que maneira os estudantes negros se organizaram no seu interior, o que nos permitiria identificar as estratégias e obstáculos para a emergência do combate ao racismo na entidade. Ao final do artigo, esboço a ideia de “autonomia relativa” dos dirigentes negros da UNE com os partidos. Do ponto de vista metodológico, fiz uma pesquisa documental, com consulta aos documentos que explicam as especificidades e funções das entidades de representação do movimento estudantil, tais como cartilhas, estatutos e definições do próprio site da UNE, bem como análise das entrevistas semiestruturadas com ex-lideranças.

A intenção do artigo é chamar atenção para a necessidade de analisar as dinâmicas internas às organizações de movimentos sociais, como a UNE, na medida em que as coalizões, conflitos e projetos internos à entidade são importantes na conformação da sua identidade coletiva (MELUCCI, 1996) e do seu repertório organizacional.

1. ESTRANHAMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA UNE E DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

Tal como os demais movimentos sociais, o movimento estudantil organiza-se em rede (DIANI & BISON, 2010). Essa rede é constituída por entidades estudantis ou não. No caso da UNE, ela se estrutura da seguinte forma: Centro Acadêmico (CA), Diretório Acadêmico (DA), Diretório Central dos Estudantes (DCE), União Estadual dos Estudantes (UEE), Executivas de Curso, União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA). A rede da UNE é aquela onde as entidades estudantis conectam-se entre si. Ela é “alimentada” mediante a realização de encontros e Congressos que mantêm viva a identidade coletiva do movimento estudantil organizado. O quadro abaixo demonstra a diversidade e as funções dessas entidades:

TABELA 1: Entidades estudantis e as suas funções na rede do movimento discente

Entidade	Função
CA ou DA	Representação estudantil do curso
DCE	Representação estudantil da Universidade
Executivas de Curso	Representação estudantil do curso em âmbito nacional
UEE	Representação estudantil das universidades públicas e privadas de um determinado Estado
UNE	Representação estudantil de todos os universitários do Brasil
CUCA da UNE	Espaços de articulação entre os estudantes, cuja finalidade é organizar intervenções culturais nas universidades e faculdades

Fonte: Cartilha “Mude o Brasil: forme uma entidade e fortaleça a rede do movimento estudantil” (2015-2017). Elaboração do próprio autor.

A centralidade da UNE na rede das entidades estudantis opera a partir dos CA, DA, DCE, Executivas de Curso e UEE que a reconhecem. Essa centralidade ocorre por meio das eleições discentes, em que chapas ligadas à UNE disputam as demais entidades estudantis, garantindo assim maior capilaridade nacional. Para além da UNE, existiam outras entidades nacionais de representação mais recentes e menores, como a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL)⁴, fundada em 2009; bem como

⁴ A ANEL foi fundada em decorrência das divergências entre segmentos que outrora construíram a UNE. Na avaliação deles, a UNE aproximou-se em demasia do governo federal petista, “amortecendo” as reivindicações discentes mais radicais, sobretudo quanto à reforma universitária conduzida pelo Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), iniciado em 2007. Talvez o argumento que fundamentou a dissidência se assente nas divergências que esses setores tinham com a expansão universitária tal como ela estava desenhada pelo governo Lula. Atualmente, desde o Congresso da UNE de 2015, setores que construíam a ANEL retornaram aos fóruns da UNE, selando a sua extinção. O partido que mais se destacou no processo de fundação da entidade dissidente foi o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Para mais informações, ver: <https://bit.ly/3d01Nld> e

as denominadas “entidades cartoriais”⁵. Além disso, há outras iniciativas estudantis mais “autonomistas” que não necessariamente mantêm uma relação direta com a UNE, como o Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN), realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2016. Os organizadores desse encontro assumiram uma perspectiva mais “afrocentrada” e fortemente crítica à presença dos partidos no “movimento negro estudantil” nas universidades.

1.1. ESPAÇOS DELIBERATIVOS

A UNE possui uma dinâmica de organização interna bastante diversificada. Ela dispõe de espaços deliberativos e consultivos. Os espaços deliberativos são: Congresso da UNE (CONUNE), Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), reuniões da Diretoria e da Executiva, e o Conselho Fiscal. Essas são instâncias onde a entidade toma as suas decisões, sendo caracterizadas por disputas internas entre os diversos grupos que a compõem. A UNE, com efeito, além de um “ator coletivo” que se apresenta unificado em determinadas ações públicas, também é uma “arena”⁶ de disputas entre distintas frações, cuja dinâmica interna é marcada por disputas sobre os rumos da entidade. As funções desses espaços deliberativos são:

<https://bit.ly/3vp2gnc>. Acesso em: 19/junho/2019.

⁵ As entidades cartoriais são aquelas que existem apenas para produzir carteirinhas de estudantes e obter lucros, sem nenhum compromisso com as demandas dos estudantes universitários.

⁶ Essa formulação segue as ideias de Jasper *et al.* (2015).

TABELA 2: Espaços deliberativos da UNE

Espaço deliberativo	Função
CONUNE	Principal instância de deliberação da UNE, cujas reuniões ocorrem bianualmente. Esse é um espaço onde delegados eleitos nas universidades votam na próxima diretoria e no futuro programa político da entidade. A eleição dos delegados nas suas universidades e da diretoria da UNE ocorrem segundo a lógica proporcional.
CONEG	Espaço deliberativo da UNE organizado anualmente. O seu objetivo é reunir representantes estudantis das Federações e Executivas de curso, UEE e DCE de todo o país. Em geral, esse espaço é realizado a fim de convocar as ações da UNE, (como, por exemplo, o CONUNE) ou para aprovar a defesa de uma pauta específica.
CONEB	Reúne Centros e Diretórios Acadêmicos para discutir a política da UNE e aprovar moções, resoluções e ações para a entidade.
Reuniões da Diretoria	A diretoria é eleita de forma proporcional para o mandato de dois anos. As suas reuniões decidem sobre temas gerais da UNE, como ações, atividades, dentre outros. Dispõem de menor poder de decisão que as reuniões da executiva por reunir-se com menor frequência.
Reuniões da Executiva	Delibera sobre temas cotidianos na UNE, como calendário, orientação política dos eventos, moções, notas de repúdio, dentre outros.
Conselho Fiscal	Esse é o órgão fiscalizador da UNE, cuja competência é analisar as contas e ações da entidade, a fim de garantir transparência na gestão dos seus recursos.

Fonte: Estatuto da UNE de 2006; observação participante na gestão (2015-2017).
Elaboração do próprio autor.

1.2. ESPAÇOS CONSULTIVOS E DE ARTICULAÇÃO SETORIAL

Por sua vez, os espaços consultivos e de articulação setorial buscam articular pautas específicas entre os estudantes universitários, ampliando o leque de atuação da UNE em determinados temas e segmentos, conferindo-lhe, portanto, maior capilaridade nacionalmente e pluralidade interna. São eles: Encontro de Mulheres Estudantes (EME), Encontro LGBT da UNE, Encontro de Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNE) e Bienal da UNE. A tabela 3 ilustra as suas funções:

TABELA 3: Espaços consultivos e de articulação setorial

Espaço consultivo	Função
EME	Encontro auto-organizado por mulheres estudantes, fundado em 2005. A sua função é debater e enfrentar o machismo na universidade e propor mecanismos de superação das desigualdades de gênero na sociedade e na UNE.
Encontro LGBT	Encontro auto-organizado por pessoas LGBT, que emergiu em 2015. O seu objetivo é debater a superação das assimetrias provocadas pelo preconceito em relação à sexualidade e ao gênero na sociedade e na UNE.
ENUNE	Encontro auto-organizado por estudantes negros, que surgiu em 2007. O seu objetivo é discutir o racismo na universidade e fora dela, propondo mecanismos de reparação. A primeira força política a coordenar o evento foi a Articulação de Esquerda (AE) do Partido dos Trabalhadores (PT). Desde 2009, no entanto, esses encontros passaram a ser dirigidos por militantes da Democracia Socialista (DS), tendência interna do PT.
Bienal da UNE	Um dos maiores espaços da UNE. Vale-se da cultura como um elemento mobilizador dos estudantes. A sua primeira edição ocorreu em 1999, na cidade de Salvador.

Fonte: Resolução do 1º ENUNE (2007) e Dicionário do ME da UNE. Elaboração do próprio autor.

Com efeito, é possível observar que a UNE desde 2005 promove eventos auto-organizados direcionados para públicos específicos, como estudantes negros, mulheres e LGBT. Além disso, eventos com propostas mais “festivas”, como as Bienais, ocorrem desde o final dos anos 1990. É curioso notar que, com exceção das Bienais, ambos se valem da tática da auto-organização, ou seja, apenas negros, mulheres ou LGBT são responsáveis por coordenar os encontros e, assim, decidir sobre a sua linha política. Em face disso, surgiram indagações sobre alguns dos obstáculos que a pauta racial se deparou para influenciar a agenda da UNE, dando destaque à relação estabelecida com os partidos. Perseguindo esse objetivo, me orientei pelas seguintes questões: como os partidos políticos, organizados por meio de coletivos estudantis, receberam as reivindicações em torno do antirracismo? Houve conflitos em torno dessa pauta?

A fim de responder essa questão, é importante entender como a UNE estrutura-se internamente. De forma mais específica, é relevante identificar quais são as forças políticas influentes no seu interior, tendo em vista evidenciar as principais disputas em torno da construção da pauta racial na entidade. Ou seja, quais são os atores (“players”) relevantes dentro dessa grande “arena” chamada UNE?

2. A UNE: UMA GRANDE ENCRUZILHADA

É importante ressaltar que a UNE é composta por uma variedade de grupos, como partidos políticos, representados por suas juventudes, e Organizações de Movimentos Sociais diversas – orientadas para as discussões antirracistas, feministas, agrárias, da luta por moradia, da luta pela terra etc. Essa interação ocorre, pois o movimento estudantil dispõe de “atores multifiliados”, conforme as formulações de Ann Mische (2009). No seu livro, ao analisar as redes nas quais esses atores estabelecem filiações múltiplas durante os anos 1990, ela afirma:

I track the trajectories of young activists through intersecting institutional sectors, including religious, student, partisan, NGO, antidiscrimination, professional, and business

involvements. Through a structural analysis of activist careers [...], I show how these intersections changed over time, providing different challenges and opportunities to successive cohorts of activists. The activists responded to such challenges by developing particular styles of communication by which they mediated among their multiple involvements. These communicative styles channeled Youth politics in different ways, toward competition versus collaboration, or toward ideas versus actions. These styles of communication in turn informed the ways in which they constructed their publics, that is, provisionally equalized forums for ideas and actions at the intersection of multiple networks of participation (MISCHE, 2009, p. 22).

Ou seja, segundo Mische (2009), um ator pode estabelecer, simultaneamente, filiações com partidos, movimento feminista, movimento negro, associação de moradores etc. Logo, compreendo que a UNE é o resultado dessas “múltiplas filiações” entre as diversas organizações partidárias e de movimentos sociais. O cruzamento dessas trajetórias conforma a identidade coletiva do movimento estudantil contemporâneo, principalmente a partir de 2005, momento em que se inicia a construção dos encontros setoriais, sendo o primeiro o Encontro de Mulheres Estudantes (2005), seguido pelo Encontro de Negros, Negras e Cotistas da UNE (2007) e pelo Encontro LGBT (2015).

Esta pesquisa parte da ideia de que essa “múltipla filiação” criou condições para que os “repertórios organizacionais” da UNE incorporassem “enquadramentos simbólicos” (SILVA *et al.*, 2017; TARROW, 2009) e ações coletivas adotadas por outros movimentos sociais, como pelo movimento negro; valendo-se, para tanto, de certa adaptação. Defendo o argumento de que as oportunidades políticas (TARROW, 2009; MCADAM *et al.*, 2009) abertas pelas políticas afirmativas e de democratização do ensino superior⁷ durante os governos petistas “foram aproveitadas pela

⁷ Nos governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (2003 a 2016), foram construídas políticas públicas que ampliaram o acesso ao ensino superior: como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o Programa de Expansão e Reestruturação das

intersecção entre organizações do movimento estudantil, negro e partidos políticos, servindo como um “mecanismo” para engajar negros e as suas pautas na UNE” (RICHER, 2019, p. 7). Além disso, essa intersecção contribuiu para incorporar os repertórios organizacionais e os enquadramentos adotados pelo movimento negro para a entidade, como a auto-organização negra e a discussão sobre o combate ao racismo (RICHER, 2019). Essa relação, portanto, serviu como uma forma de potencializar a discussão em torno do combate ao racismo na UNE, sendo uma tática adotada pelos estudantes negros. Por exemplo, a partir dessa relação, foi criado o ENUNE, em 2007.

Dito isso, a fim de compreender melhor esse processo, é preciso demonstrar a heterogeneidade realmente existente que constitui a UNE, sendo fundamental mapear, panoramicamente, quais são os partidos e coletivos estudantis que exerceram maior influência na transformação do repertório organizacional da UNE, incorporando o antirracismo.

2.1. PARTIDOS EM MOVIMENTO

Uma característica marcante nos movimentos estudantis é a presença dos partidos políticos e das organizações a ele vinculadas. O movimento, também, por meio de uma rede partidária, estabelece o diálogo com sindicatos, centrais sindicais, parlamentares, governos a nível federal e estadual, movimentos sociais, reitorias de universidades etc.

Considerar o papel dos partidos neste estudo é importante para compreender como são estruturadas as ações coletivas na UNE, na medida em que eles auxiliam com recursos organizacionais nas eleições para as suas entidades representativas e contribuem para formar novos militantes e dirigentes partidários. Como aponta Meneguello *et al.* (2012), os partidos de esquerda e centro esquerda recrutam parcela dos seus dirigentes no movimento estudantil, sendo esse um elemento relevante a ser considerado.

Universidades Federais (REUNI), e a “Lei de Cotas”. Essas políticas foram fundamentais para ampliar o percentual de estudantes negros nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Nos Congressos da UNE que participei – em 2013, 2015 e 2017 –, a presença das juventudes partidárias foi muito significativa. Como a UNE é composta por uma variedade de forças políticas, os seus espaços costumam ser bastante disputados. A presença dos partidos nas dinâmicas organizativas do movimento foi identificada a partir das entrevistas que realizei em 2019 durante a pesquisa de mestrado (RICHER, 2020). Abaixo, mobilizo alguns trechos das falas dos militantes entrevistados, de forma a demonstrar a inserção partidária na organização discente:

TABELA 4: Participação dos partidos políticos na UNE

Entrevistado(a)	Percepção sobre a participação dos partidos políticos na UNE
Estudante que construiu o primeiro ENUNE ⁸ .	“A UNE não funciona sem os partidos políticos”.
Militante da Corrente <i>O Trabalho</i> , do PT ⁹ .	“Eu acho que, na verdade, a UNE reflete um pouco a forma como os partidos políticos se organizam”.
Militante do Levante Popular da Juventude ¹⁰ .	“Os dirigentes das organizações defendem a linha dos seus partidos”.
Militante do RUA - Juventude Anticapitalista ¹¹ .	“A política que aparece no Congresso da UNE de oposição durante o período dos governos petistas é uma política também de um partido [...]. É uma política de um partido que rompeu, que não fazia mais parte do bloco histórico que levou o PT ao poder”.

Elaboração do próprio autor.¹²

⁸ Entrevistada 1. Entrevista realizada presencialmente na cidade do Rio de Janeiro em 2019.

⁹ Entrevistada 2. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Salvador em 2019.

¹⁰ Entrevistada 3. Entrevista realizada via *Google Meet* em 2019.

¹¹ Entrevistada 4. Entrevista realizada presencialmente na cidade de São Paulo em 2019.

¹² Não cito o período em que os entrevistados compuseram as gestões da UNE a fim de preservar o seu anonimato.

A organização que predomina na entidade é a União da Juventude Socialista (UJS)¹³, vinculada ao PC do B, sendo que essa organização indicou a maioria dos presidentes ao longo da história. Além dela, há tendências do PT, como a Democracia Socialista (DS), a Esquerda Popular Socialista (EPS), a Construindo um Novo Brasil (CNB), Articulação de Esquerda (AE), entre outras. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e as suas tendências também estão presentes, como a Insurgência; bem como o Partido Socialista Brasileiro (PSB); o Partido Trabalhista Brasileiro (PDT); a Consulta Popular¹⁴ etc. Dentre os principais coletivos, destaco: o Levante Popular da Juventude¹⁵, o RUA – Juventude Anticapitalista¹⁶, o Coletivo Kizomba¹⁷ e o Coletivo Quilombo. A fala do entrevistado 5¹⁸ é elucidativa quanto às origens do Coletivo Quilombo:

¹³ Fundada em 1984 na Assembleia Legislativa de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/3wtUMki>. Acesso em: 17/dezembro/2019. De acordo com a Tese da Reconquistar a UNE apresentada no Caderno de Teses do 46º CONUNE, a UJS dirige a UNE desde 1991.

¹⁴ A Consulta Popular surgiu em 1997, fortemente influenciada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). De acordo com entrevista realizada com uma militante da Consulta, observou-se que essa organização é um partido que não disputa eleições, tendo forte inserção no MST.

¹⁵ De acordo com entrevista concedida pelo ex-Secretário Geral da UNE, Thiago Pará, ao Canal do Youtube “Rede TVT”, o Levante Popular da Juventude surge em 2006 no Rio Grande do Sul e se nacionaliza em 2012, estando organizado em 24 estados e no Distrito Federal. O objetivo do Levante é organizar jovens do campo e da periferia em todo o país, tendo forte vínculo o MST. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8ivnr09RM_Y. Acesso em: 17/fevereiro/2019.

¹⁶ O RUA surgiu em 2014 no primeiro *Acampamento das Juventudes Anticapitalistas* que ocorreu em Niterói, Rio de Janeiro. De acordo com a entrevistada 4: “o RUA é uma ferramenta independente que tem vínculo com a Insurgência” do PSOL.

¹⁷ “Fundada em 1999, a Kizomba é um movimento organizado nacionalmente construindo uma nova cultura política orientada para a luta democrática, socialista, feminista, anti-racista e anti-lgbtfóbica. O nome Kizomba provém das festas tradicionais dos quilombos que resistiram bravamente a escravização e o domínio dos colonizadores”. Disponível em: <https://bit.ly/3gvmZQY>. Acesso em: 17/dezembro/2019.

¹⁸ Entrevista realizada presencialmente na cidade de Salvador em 2019.

Eu sou filiado ao PT desde acho que junho de 2006. Então são 13 anos de filiação ao partido. Quando eu entrei no partido eu já entrei filiado a uma corrente, que era a Articulação de Esquerda (AE), onde a gente atuava na UNE a partir do campo da Reconquistar a UNE. Fiquei lá durante muitos anos, até a gente sair da AE [e] fundar uma nova organização. E foi também quando a juventude da organização fundou um campo nacional do movimento estudantil que era a Quilombo. A gente tinha a Quilombo a nível estadual. Essa organização participou também da aprovação das cotas, em 2004, e desde a fundação da EPS virou um campo nacional e foi na verdade a minha saída do movimento estudantil. Então eu não atuei muito na Quilombo a nível nacional, muito mais assim de aproximação, de orientação, de muitas conversas entre os dirigentes jovens, mas já foi a minha saída quando a Quilombo virou um campo nacional que tem atuado na UNE até hoje.

Com o objetivo de mapear panoramicamente as principais forças no movimento estudantil contemporâneo, elaborei a tabela que segue abaixo.

TABELA 5: Relação entre partidos políticos, tendências e organizações do movimento estudantil

Partido	Tendência	Organização do Movimento Estudantil
PC do B	Não se aplica	UJS
Consulta Popular	Não se aplica	Levante Popular da Juventude
PT	DS	Coletivo Kizomba
	EPS	Coletivo Quilombo
PSOL	Insurgência	RUA – Juventude Anticapitalista

Elaboração do próprio autor.

As juventudes partidárias se apresentam no movimento estudantil, muitas vezes, como “Coletivos”. O quadro acima não pretendeu reconstruir detalhadamente as forças políticas que compõem a UNE, mas buscou apresentar em linhas gerais as organizações mais influentes internamente em relação ao debate racial na entidade até o período em que a pesquisa foi realizada. O intuito é tornar evidente como opera a relação entre partidos, suas tendências e organizações estudantis na entidade. O tópico seguinte discorre sobre a relação entre as organizações negras, os partidos e os coletivos estudantis.

2.2. ORGANIZAÇÕES NEGRAS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Na UNE, existem fortes vínculos entre os partidos políticos, coletivos e organizações estudantis e as organizações do movimento negro. Essa interação foi importante para transformar os enquadramentos e repertórios organizacionais da UNE, incorporando o antirracismo na agenda da entidade. Considero as principais organizações do movimento negro nesse processo: União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)¹⁹, Coletivo Nacional de Juventude Negra (Enegrecer)²⁰, Movimento Negro Unificado (MNU)²¹, Coletivo de Entidades Negras (CEN)²² e Coordenação

¹⁹ Entidade nacional fundada em 14 de julho de 1988, em Salvador. Disponível em: <https://bit.ly/3vjMg61>. Acesso em: 17/dezembro/2019.

²⁰ O Coletivo Enegrecer surge enquanto um “espaço auto-organizativo dos jovens militantes negros e negras da Kizomba, corrente política que desde 1999 constrói e disputa os rumos da União Nacional dos Estudantes”. Em setembro de 2009, reunidos em Salvador, os militantes do “Enegrecer Kizomba” decidiram pela ampliação da sua linha de atuação. Desde então, o Coletivo passou a atuar com mais força no Movimento Negro brasileiro. Disponível em: <https://bit.ly/2RVWWKr>. Acesso em: 17/dezembro/2019.

²¹ Segundo o seu site, o MNU é uma organização precursora da luta negra no país. Ela foi fundada em 18 de junho de 1978 e lançada publicamente em 7 de junho desse mesmo ano em um ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo durante o regime militar. Até os dias de hoje segue sendo uma referência na luta antirracista. Disponível em: <https://bit.ly/3CxdOF>. Acesso em: 17/dezembro/2019.

²² Criada em 2003, esta organização estava situada em 17 estados brasileiros, tendo como público-alvo pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, povos e comunidades tradicionais, juventudes negras, mulheres e LGBTs. Os dados aqui apresentados refletem a

Nacional de Entidades Negras (CONEN)²³. A tabela abaixo evidencia como essas organizações relacionam-se com as tendências e juventudes partidárias que disputam a UNE:

TABELA 6: Relação entre partidos políticos, tendências e organizações do movimento negro

Partido	Tendência	Organização do Movimento Negro
PC do B	Não se aplica	UNEGRO
PT	DS	Enegrecer e MNU
	EPS	CONEN
PSOL	Insurgência Socialista	MNU

Elaboração do próprio autor.

Essas organizações geralmente estão presentes nas atividades da UNE que se relacionam à temática racial, como mesas, encontros de estudantes negros, Congressos etc. Esta pesquisa evidencia, sobretudo, a relação que parte dessas organizações citadas estabelecem com partidos e coletivos estudantis. A interação entre organizações estudantis, negras e partidos na UNE também envolve a construção de coalizões, como demonstro a seguir.

2.3. OS CAMPOS POLÍTICOS DA UNE

A UNE é uma entidade diversa, que abarca distintas organizações estudantis que defendem diferentes projetos políticos. Uma das formas de organização interna da entidade é a conformação de “campos políticos”, ou seja, uma coalizão de organizações que defendem certa orientação programática e prática para a entidade. Metodologicamente, é uma tarefa

atuação do CEN até o ano de 2016.

²³ Fundada em 1991, se consolidou como uma organização que congrega diversas entidades negras situadas em todo o país.

complexa reconstruir a conformação de todos os campos da UNE, pois os documentos encontram-se muito fragmentados devido à ausência de acervo organizado. Dessa maneira, abaixo ilustro algumas teses e campos específicos da UNE situados em um determinado contexto histórico, de forma que se possa apreender como, de fato, a UNE se organiza.

TABELA 7: Exemplo de alguns campos políticos e teses da UNE

Campo/tese	Ano	Objetivos
Rompendo Amarras	1998	Esse campo “surge a partir da necessidade de estabelecer para o movimento estudantil uma perspectiva diferenciada da lógica burocrática e conciliadora da direção majoritária da UNE, a UJS/Refazendo (ligada ao PCdoB)” ²⁴ .
Campo Frente de Oposição de Esquerda (FOE)	2006	Objetiva reunir estudantes críticos à “burocratização da UNE” deflagrada por sua direção majoritária e lutar contra a Reforma Universitária do Governo Lula (REUNI) e contra o PROUNI. Essa frente se autodenominou como um campo de oposição de esquerda à direção majoritária na UNE.
Campo Popular	2013	O Levante Popular da Juventude foi a força que conduziu a construção desse campo, caracterizado pela aliança com o Coletivo Quilombo, o Movimento Mudança, a Juventude Revolução, a Reconquistar a UNE, entre outras organizações. De acordo com o seu site: “a atuação enquanto Campo Popular se fortaleceu neste último Congresso, explorando o vácuo político existente na entidade entre o adesismo acrítico às políticas educacionais do Governo Federal e o sectarismo que tem a oposição ao governo como princípio” ²⁵ .
Campo Majoritário	Não se aplica	Campo conduzido pela UJS que aglutina outras organizações. Esse é o campo com mais força política na UNE, indicando a maior parte dos dirigentes da entidade e a presidência da UNE.

Fonte: Tese *Nós não vamos pagar nada*, apresentada no 50º CONUNE. Elaboração do próprio autor.

²⁴ Disponível em: <https://bit.ly/35oE0Hj>. Acesso em: 18/dezembro/2019.

²⁵ Disponível em: <https://bit.ly/2Sz8Slx>. Acesso em: 18/dezembro/2019.

A tabela acima, mais do que empreender uma exaustiva reconstrução historiográfica, buscou apresentar, panoramicamente, como ocorrem as articulações entre as organizações estudantis que compõem a UNE e as suas motivações para tal, pois seria um trabalho demasiadamente exaustivo reconstruir essa história e metodologicamente complexo, porquanto há uma grande fragmentação dos dados relacionados ao movimento estudantil recente.

Apresentada a complexidade de relações que a entidade em questão constrói com partidos, distintos movimentos sociais, coletivos estudantis e movimentos negros, o próximo tópico se dedica a compreender a interação que a UNE estabelece com os partidos políticos e os movimentos negros. A partir da questão “você acha que existe uma autonomia entre os partidos e a UNE com relação à questão racial?”, as entrevistas com os interlocutores da pesquisa revelaram uma categoria que merece atenção: a “autonomia relativa” com os partidos. Debruçar-se sobre ela é um exercício importante para compreender a transformação dos repertórios organizacionais da UNE no que tange ao combate ao racismo.

3. EM TORNO DE UMA AUTONOMIA RELATIVA

Com o objetivo de evidenciar como o termo “autonomia” foi mobilizado por alguns entrevistados, a seguir apresento trechos das entrevistas que apontam para uma noção peculiar no que se refere a relação estabelecida entre as organizações do movimento estudantil, o partido e a agenda negra na UNE. Dada a importância dessas falas para a construção da ideia de “autonomia relativa”, apresento trechos que evidenciam o contexto em que os entrevistados estavam inseridos:

TABELA 8: Opinião dos entrevistados sobre a autonomia entre o movimento estudantil, o movimento negro e os partidos políticos

<i>Entrevistado(a)</i>	<i>Você acredita que existe uma autonomia entre as organizações políticas do movimento estudantil e os partidos políticos quanto a questão racial? Na sua opinião, quais são as potencialidades e os limites da relação com o partido político em relação a essa pauta?</i>
Ex-diretora da UNE filiada ao PC do B ²⁶ .	“Eu vou pegar muito da minha experiência à época. Por exemplo, na organização da BIENAL da UNE, nós tivemos autonomia na construção da programação. Claro que algumas polêmicas, como eu te disse, por exemplo, a homenagem a Abdias [do Nascimento]. Para alguns, a gente estava homenageando uma liderança que defendia a diáspora e, na época, essa questão da diáspora não estava tão debatida teoricamente [...] tinha muita resistência. Achavam que era ‘pós modernista’ esse conceito. Eu vou falar grosseiramente, né?” “Mas nós pautamos. Vamos trazer Abdias, vamos homenagear Abdias do Nascimento, porque ele era de outro partido, inclusive, né? Quando ele foi partidário, ele foi de outro partido, e dentro do movimento negro, com as suas divergências, digamos assim, tinha um entendimento da importância da potencialidade dele enquanto um intelectual, mas existia uma divergência [...] do pensamento dele. Inclusive com o partido que eu faço parte, o PC do B, divergências teóricas na forma de Abdias pensar..., mas nós homenageamos Abdias. Ele foi o nosso principal homenageado na BIENAL da UNE. Então existia uma <i>relativa autonomia</i>” [destaque nosso]. “Tipo, a discussão de cotas. Nós não fomos centralizados. A pauta central era a reserva de vagas. A UBES²⁷ estava defendendo a reserva de vagas, porque nós [aqui ela se refere à direção majoritária do seu partido] entendemos que a questão social sobrepõe a questão racial. Que primeiro vem a questão social, e muitos pensavam assim. Alguns até hoje pensam assim, que a questão social sobrepõe e não se entrelaça. Porque hoje o debate interno que nós promovemos é esse. Os entrelaçamentos das categorias de raça, gênero e classe. Para eles existe uma sobreposição. Essa sobreposição é a questão social, a questão de classe. Por isso que o PC do B sempre foi muito questionado dentro do movimento negro”. “A UNEGRO ajuda a ir vencendo essas fronteiras, e a nossa atuação no movimento estudantil vem sendo influenciada também por essas opiniões da UNEGRO, do ponto de vista da questão racial. Mas ainda assim é muito difícil constituir essa relação. Como também na minha época essa não era uma questão do cotidiano. Ir para uma reunião da UNE para discutir a agenda dos jovens negros e negras não era uma agenda do cotidiano. Então isso também tinha muitos embates, promovia muitas divergências, conflitos internos. E a gente ao mesmo tempo tinha autonomia para ir tocando isso”. “Então eu acho que a relação partido, movimento estudantil e a agenda racial elas têm <i>relativa autonomia</i> na sua construção, por não ser uma agenda central para o partido político. Então eu sabia que a atuação da UNE, a agenda central era a educação. Isso vinha como uma agenda transversal. E quem fazia essa relação, se tivesse na agenda central, não era questionado por isso” [destaque nosso].

²⁶ Entrevistada 6. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Salvador em 2019.

²⁷ União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

Militante do Coletivo Engececer²⁸.	“Tem, até porque os partidos não estão nem aí para a raça. Então é pauta mesmo dos estudantes”. “É difícil falar de autonomia quando se vive num sistema Capitalista. Essa autonomia sempre estará constrangida pelos limites do vive esbarram nas condições materiais de fazer política”. “Na verdade, tem autonomia para fazer o debate, muitas vezes para fazer a denúncia. Você viu que o [presidente da UNE na gestão 2019-2021²⁹] aí foi bem questionado publicamente. Vários setores da UJS, enquanto essa organização de massas, que apesar de ter uma direção centralizada, tem uma enorme base social que constrói o movimento e que tem autonomia para falar, por exemplo, publicamente, mas não tem autonomia [...] para bancar uma candidatura [negra] internamente para disputar com uma candidatura de um campo majoritário”. “Então <i>essa autonomia ela é sempre relativa</i>, não só com relação aos estudantes negros como em relação aos jovens, né? Os partidos têm uma estrutura que é bem dura, geracional. Então essas autonomias são sempre relativas a depender de qual for a estratégia da direção partidária” [destaque nosso].
Militante da EPS³⁰.	“Uma <i>autonomia relativa</i>. Dependendo das organizações existe um tamanho maior dessa autonomia, justamente a partir também da confiança política que as direções partidárias depositam nas suas próprias organizações de juventude, mas essa autonomia ela é restrita, ela não é completamente aberta. Inclui porque ela precisa estar conectada com a estrutura do partido e com a elaboração mais geral do partido” [destaque nosso]. “Então algumas organizações partidárias, inclusive, não conseguiram compreender a importância do tamanho dessa autonomia. Ao mesmo tempo não há possibilidades de haver autonomia absoluta com relação à organização partidária por diversos motivos, inclusive esse motivo de que é a necessidade dessa pauta construída por essas organizações estarem conectadas com a elaboração mais geral do partido. Então precisa haver essa conexão. O que não pode haver é uma restrição do ponto de vista das decisões dessas organizações, porque isso também é o que vai fazer o partido amadurecer no seu percurso da pauta racial”.

Elaboração do próprio autor.

Logo, a noção de “relativa autonomia” ou “autonomia relativa” emerge do campo enquanto uma categoria importante. Ela é relevante para compreender como o movimento estudantil, o partido político e o movimento negro se “entrelaçam” e contribuem para a ampliação da discussão racial na UNE.

²⁸ Entrevistada 7. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Salvador, Bahia, em 2019.

²⁹ Para fins de análise, decidiu-se preservar a identidade da pessoa citada. A indicação dessa pessoa foi muito questionada por uma parte da militância da UJS, sobretudo da Bahia, pois seria, mais uma vez, uma indicação de uma pessoa não negra para presidir a entidade. Diante disso, tais militantes passaram a denunciar o fato de que a UNE só teve um presidente negro eleito em Congresso, Orlando Silva, em 1995. Muitas das denúncias foram veiculadas no Facebook ou Twitter. Contudo, para preservar a imagem daqueles que denunciaram, optei por não divulgar as suas postagens neste artigo.

³⁰ Entrevistado 5.

Se por um lado os militantes negros na UNE tiveram a liberdade para construir a agenda racial, por outro os partidos políticos geralmente não priorizam essa pauta e fornecem poucos recursos organizacionais e financeiros para a sua consolidação. Trata-se de uma dilemática relação que merece um olhar mais pormenorizado. Nesse sentido, uma entrevistada afirmou “que a UNE reflete um pouco a forma como os partidos políticos se organizam, que não é priorizando essa discussão”.

Logo, embora os estudantes negros tenham autonomia para discutir as questões raciais no partido, há uma certa negligência com a agenda racial nas atividades organizativas da UNE. Assim, este tópico buscou apresentar parte das organizações que compõe e interagem com a UNE e as suas interrelações de uma maneira mais ampla, chamando a atenção para a necessidade de se discutir empiricamente o termo autonomia. De certa forma, essa “autonomia relativa” dos militantes negros com os partidos contribuiu para transformações no repertório organizacional da UNE, com a criação do ENUNE, em 2007; bem como na sua estrutura interna, mediante a criação da Diretoria de Assuntos Antirracistas, criada em 1999.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu demonstrar como a UNE se estrutura internamente; quais são as relações que essa entidade estabelece com outras organizações de movimentos sociais, como o negro; e de que forma se estabelece a relação entre ela e os partidos políticos. Evidenciamos que as múltiplas filiações dos militantes negros com partidos e organizações antirracistas é uma característica marcante da UNE, sendo que a sua identidade coletiva é resultado dessas filiações múltiplas. Observamos, também, que os ativistas que se vinculam aos partidos políticos possuem uma “autonomia relativa” para debater as questões raciais na entidade. Assim, destacamos a necessidade de se discutir mais amplamente a ideia de “autonomia relativa”, porquanto essa foi uma categoria relevante levantada pelos entrevistados no que se refere as suas múltiplas filiações com partidos e movimentos.

O artigo, portanto, colaborou para compreendermos a heterogeneidade interna às organizações de movimentos sociais – como a UNE –, bem como almejou contribuir para aprofundar o entendimento acerca da presença dos partidos nos movimentos sociais, especificamente sobre a relação que os militantes estabelecem com os partidos. Assim, encerramos o artigo com duas perguntas que pode instigar outros estudos: a autonomia relativa dos atores sociais também pode ser identificada em outras organizações de movimentos sociais? Como a intersecção entre partidos e movimentos condiciona o comportamento dos ativistas e transforma as dinâmicas das organizações? Não temos respostas fechadas para essas perguntas, mas acreditamos que elas sejam importantes para aprofundar as ideias aqui esboçadas e construir uma agenda de pesquisa sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- CLEMENS, Elisabeth. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação na política dos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 3, p. 162–218, 2010.
- DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. *Boletim do Museu Nacional: Antropologia*, n. 27, mai., 1978. p.1-12.
- DIANI, Mario. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 219-250, 2010.
- JASPER, Jim; MORAN, Kevin; TRAMONTANO, Marisa. Strategy. In: DELLA PORTA, DONATELLA; DIANI, Mario (org.). *The Oxford Handbook of Social Movements*. United Kingdom: Oxford University Press, 2015, p. 399–409.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 76, p. 11-48, 2009.
- MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1997.

- MELUCCI, Alberto. The process of collective identity. In: MELUCCI, Alberto. *Challenging codes*. Collective action in the information age. Cambridge: Cambridge Press, 1996, p. 68-88.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*: Revista de Cultura e Política, n. 17, p. 49-66, 1989.
- MENEGUELLO, Rachel; MANO, Máira Kubik; Gorski, Caroline. *Mulheres e negros na política*: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros. Campinas: UNICAMP/CESOP, 5-66, 2012.
- MISCHE, Ann. *Partisan publics*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- RICHER, Rodger. *A UNE e a questão racial*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1638958>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- RICHER, Rodger. O conflito racial e os movimentos sociais: uma análise do combate ao racismo na UNE. Anais dos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), n. 43, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/acervo/detalhe/1895?guid=1743418347478&returnUrl=%2fterminal%2f9666%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1743418347478%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1895%231895&i=1>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Revista de sociologia e política*, v. 25, n. 61, p. 143-164, 2017.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

Texto recebido em 26/04/2024 e aprovado em 12/03/2025